



EDUCAÇÃO E CAPITAL HUMANO: REVELANDO O DOMÍNIO DO SABER

ÉRIKA MARTINS ARAÚJO

ANDERSON NAYAN SOARES DE FREITAS

JERCIANO PINHEIRO FEIJÓ

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O presente estudo busca questionar o mundo em que estamos inseridos, repleto de avanços tecnológicos, em que grande parte das relações tem sido estabelecidas de forma imediata e em tempo real, mediadas por aparelhos virtuais, quebrando as fronteiras de espaço e tempo. Todos esses avanços tem reconfigurado à sociedade e estabelecido para vida social cotidiana conhecimentos que vão além de decodificar a linguagem e a escrita, exigindo rapidez de raciocínio, manuseio de aparelhos virtuais dentre outros. Com todas essas exigências a formação para o trabalho tem se perpetuado nessa nova mídia onde rapidamente as notícias se espalham, já não temos limite de comunicação, mundo esse repleto de avanços tecnológicos onde se exige cada vez mais uma qualificação do trabalhador.

Palavras-chave: Sociedade; Formação; Trabalho;

ABSTRACT

We operate in a world full of technological advances, most relationships have been established immediately and in real time, mediated by virtual machines, breaking the boundaries of space and time. All these advances have reconfigured the established society and to everyday social life skills that go beyond decode the language and writing, demanding quick thinking, handling of virtual machines among others. With all these requirements the training for work is perpetuated in the new media which quickly the news spread, we have no communication limit, this world full of technological advances which increasingly requires a worker qualification.

Keywords: Society; Formation; Work;

INTRODUÇÃO

A sociabilidade instaurada pela égide do capital origina um conjunto de relações próprias desse sistema. Assim como o comunismo primitivo, o modo de produção asiático, o escravista e o feudal possuíam seu conjunto próprio de relações sociais, o sistema capitalista não é diferente. Julgo ser mister a compreensão de que cada modo de produção específico produz e reproduz o conjunto de relações sociais engendradas por ele, sendo assim, qualquer transformação que essa estrutura possa sofrer, atinge todas as esferas da sociabilidade de tal modo de acumulação.

Partindo desse pressuposto, podemos compreender o capital humano como uma ideologia desencadeada por via de um desdobramento necessário que o sistema capitalista executou para sua autorreprodução. Não é nenhuma novidade afirmar que o sistema capitalista passou por diversas mutações para garantir sua sobrevivência e continuar reproduzindo sua sociabilidade própria, o que pretendemos analisar nesse artigo é como a teoria do capital humano, se apresenta como extremamente funcional para a perpetuação desse sistema, portanto, se faz necessário fazermos um

resgate histórico de como se estruturou esse modo de produção e em que momento a teoria do capital humano surge para subsidiar os ditames da sociedade do capital. Para situarmos a teoria do capital humano no limiar histórico do modo de produção capitalista, precisa-se reafirmar as transformações pelas quais o mesmo enfrentou ao longo do Século XX, com enfoque no esgotamento do "fordismo/keynesianismo".

A grande depressão de 1929 é o símbolo do atrofiamento da iniciativa liberal clássica que dominava o planeta até então. O episódio da quebra da Bolsa de Valores de Nova York mostrou que a "mão invisível" de Adam Smith (1723-1790) não é tão eficiente quanto ele acreditava. Diante do que se encontrava posto, o capitalismo executou sua primeira mutação do século XX que foi a adoção do arcabouço teórico do liberal heterodoxo John Maynard Keynes (1883-1946). Destaca-se em Keynes a forte defesa da intervenção estatal na economia e a fusão com o modelo de organização da produção que começa a despontar o "fordismo". Para alguns o "taylorismo/fordismo" é modelo de organização da produção que introduziu a esteira, padronizou a produção e potencializou a produção em massa de bens de consumo duráveis. A fusão "keynesianismo/fordismo" dá origem ao famigerado "Welfare-State".

Como já destacamos linhas acima, essa profunda transformação do modelo de acumulação capitalista proporcionou também alteração no conjunto das relações sociais engendradas pelo sistema capitalista e o "fordismo" se destaca por condicionar o comportamento dos trabalhadores, para além do ambiente fabril. A realidade orquestrada pela dobradinha proporcionou uma íntima relação entre patrões e sindicatos, tal motivo, fez com que o número de greves diminuisse significativamente, o principal trunfo do Estado Keynesiano eram os salários-indiretos, benefícios negociados com a classe trabalhadora via sindicatos.

O padrão de acumulação fordista/keynesiano proporcionou os "anos de ouro" do capital, no entanto já nos fins dos anos 1960 todo esse brilho começa a ser ofuscado. A crescente industrialização proporcionou o "inchaço" dos grandes centros urbanos por via do êxodo rural intensificado nesse período. Os indivíduos que abandonaram suas terras para tentar a vida nos grandes centros urbanos passam a não encontrar emprego e a compor o "exército industrial de reserva". Dentre outros determinantes, todos esses sinais passam a desarticular a engrenagem que garantiu altíssimas taxas de lucratividade por quase trinta anos e a crise de super acumulação solapou o padrão fordista/keynesiano.

Dentre essas condições, o capitalismo passa por mais um momento de profunda transformação no modelo de organização da produção, provocando mais uma reestruturação produtiva, dessa vez por via do "toyotismo". Em meio à crise que se instaurou nos anos 1970, há o retorno da iniciativa da intervenção mínima do Estado na economia o que se convencionou a chamar de neoliberalismo. Um dos objetivos desse constructo teórico é perceber a teoria do capital humano desde seu surgimento até a contemporaneidade sob a égide neoliberal.

REVISITANDO A TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano como a conhecemos hoje, foi desenvolvida nos anos de 1960, por Theodore Schultz, Gary Becker e Jacob Mincer economistas pertencentes à Universidade de Chicago, EUA, que através da disciplina Economia da Educação, buscavam uma resposta que explicasse os ganhos de produtividade gerados pelo "fator humano" na produção.

Theodore Schultz, seu principal expoente, defendia a tese de que o trabalho humano, quando qualificado por meio da educação, era um dos mais importantes meios para a ampliação da produtividade econômica, e, portanto, das taxas de lucro do capital, sendo, portanto necessário, um direcionamento da educação para que esta pudesse apontar os caminhos certos e exitosos do trabalho de forma a garantir retorno certo (SHULTZ, 1973).

Nesse propósito fundamentado em obras como a "Riqueza das Nações" do economista Adam Smith, publicada em 1776, The Nature of Capital and Income Reprints of Economic Classics de Irving Fisher, publicado em 1906 e "Os princípios econômicos do mais valioso investimento de capitais, os seres humanos", de Alfred Marshall publicado em 1920, a ideia de capital humano foi se delineando e se fortalecendo na proposição de que a escolarização garantiria aos indivíduos as condições para competirem no mercado de trabalho e consequentemente melhorarem suas condições econômicas, além de incrementar a produção das indústrias e empresas movimentando a economia do país, proposição que foi largamente difundida nos Estados Unidos e posteriormente em outros países.

A teoria do capital humano surge como uma resposta do capitalismo aos problemas não solucionados por ele, nas palavras de José Rodrigues apud Lemos (1997 pag.217) "a TCH constitui numa resposta apologética as questões como: por que o capitalismo não resolveu os problemas sociais? aliás os aprofundou? E por que existem países subdesenvolvidos? a resposta oferecida pela Teoria do Capital Humano foi: porque as pessoas e as nações não investiram adequada ou suficientemente em educação" e é esse discurso que tem sido propagado e que se reproduz

na consciência dos indivíduos, tem-se a ideia de educação como resolução do problema das desigualdades sociais e tem-se a tendência de atribuir um caráter messiânico a educação. No entanto, devemos salientar que as causas das mazelas sociais brasileiras não se resumem através apenas da distribuição desigual de conhecimento, mas sim pelas próprias características do capitalismo que concentra de forma continua, a riqueza historicamente produzida.

Do ponto de vista de autores que defendem a Teoria do capital Humano, Alves (1997), Amadeo (1998) Neri, Camargo e Reis (1999) os problemas econômicos, como o desemprego é uma consequência do despreparo dos indivíduos para assumirem os postos de trabalho, essa versão é a que tem maior visibilidade nas mídias, e também é orientador da maior política pública em termos de abrangência elaborada em 1995 pelo ministério do trabalho e emprego, (TEM) o plano nacional de qualificação do trabalhador (PLANFOR) que teve como objetivo principal o desenvolvimento de ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA); combater a pobreza e a desigualdade social; assim como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. Refletindo assim a retomada dos pressupostos da Teoria do Capital Humana amplamente difundida na década de 1960. Instituições como o Banco mundial também pregam a valorização da Teoria do Capital Humano em seu relatório sobre o desenvolvimento mundial de 1995, ele já defendia a ideia de que as famílias devem investir em educação como forma de valorizar o seu capital, o humano e que o desenvolvimento das nações está atribuído à qualidade desse capital.

Já do ponto de vista crítico, a Teoria do Capital Humano é uma teoria que procura explicar as relações sociais, totalmente desprovida de seu caráter histórico, possui uma abordagem positivista tratando os fatos como algo isolado de acordo com Ramon de Oliveira (este tipo de abordagem de caráter marginalista baseia -se numa concepção de que o homo economicus, é um ser dotado de racionalidade tal que é capaz de escolher, livre das pressões externas, quais devem ser os melhores caminhos traçados para alcançar o seu sucesso econômico, para o autor a teoria é incapaz de fazer uma explicação real do sistema capitalista constituindo numa apologia ao mesmo, por isso ela tem sido colocada em questão, e é massivamente criticada. Podemos encontrar críticas severas a essa teoria também nos trabalhos de José de Arapiraca (Usaid e a Educação Brasileira; 1987), em Wagner G. Rossi em sua tese Capitalismo e educação (1970) em Frigotto com a sua obra A Produtividade da Escola Improdutiva (1993) entre outros, entretanto, ainda que reprovada por alguns intelectuais da educação, esta teoria continua sendo a diretriz das reformas educacionais implementadas nas últimas décadas. Basta se observar a quantidade de escolas profissionalizantes que surgiram nos últimos anos no Brasil, temos uma grande massa de pessoas se profissionalizando, em busca principalmente de uma ascensão social.

A ideia central da Teoria do Capital Humano é que o indivíduo se capacita para adquirir habilidades, essas que se dão mediante a educação, formam um capital de propriedade do sujeito que a recebe e não pode ser expropriado por ninguém, esse conhecimento incorporado em seu trabalho de forma sistemática aumenta a produtividade dos trabalhadores, os lucros dos capitalistas superam as dificuldades regionais, alavancando o crescimento econômico de um país.

Para Schultz (1973, p.32) os homens são parte importante da riqueza das nações, a força de trabalho seres humanos é “[...] maior que todas as formas de riqueza tomadas em conjunto”. O referido autor não leva em conta as diferenças entre os sujeitos e as condições de vida objetiva cotidiana expressando serem determinantes para igualdade as condições de saúde e educação.

Como explica Sousa e Lara (2012) à educação para Schultz é considerada consumo e investimento, ou seja, primeiro você demanda gastos para sua execução e, posteriormente essa aquisição eleva sua renda e você a investe em conhecimento para o progresso do sistema econômico.

Para Schultz (1973) cinco são as atividades que fazem avançar as habilidades humanas, são elas,

- 1) Recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência, e o vigor e a vitalidade de um povo;
- (2) treinamento realizado no local de emprego, incluindo-se os aprendizados à velha maneira organizadas pelas firmas;
- (3) educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação;
- (4) programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura;
- e (5) migração de indivíduos e de famílias, para adaptar-se às condições flutuantes de oportunidades de empregos (SCHULTZ, 1973, p.42-43)

Como pode se constatar a Teoria do Capital Humano está fundamentada nos referenciais empiristas positivistas que tem como pressupostos a sociedade como somatório de partes isoladas e fragmentadas, não conseguindo visualizar as conexões da totalidade dos fatores que determinam as relações sociais. Segundo esta teoria a racionalidade humana é o elemento capaz de escolher os melhores caminhos para alcançar o sucesso desde que instrumentalizada pela

educação.

As perspectivas teórico-metodológicas que dão consistência a teoria do capital humano considera que todos os indivíduos nascem com as mesmas predisposições naturais demarcadas pela busca racional do que é agradável e útil, explicando as desigualdades entre nações e entre indivíduos e grupos sociais, pela formação educacional dos indivíduos.

Naturalizando as diferenças econômicas entre pobres e ricos e mascarando os aspectos históricos, de poder, dominação e classe que marcam as desigualdades o investimento em capital humano é o responsável por elevar os rendimentos pessoais que incide na mobilidade individual e por gerar a eficiência e aumentar a produtividade que alavanca o desenvolvimento das nações.

Segundo Schultz apud Arapiraca (1979), através desse processo de incorporação do ideário do capital os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos trabalhadores se convertiam em valor econômico para si, dessa forma constituindo valor de troca para o único bem que possuem, a força de trabalho. Para o professor, esses conhecimentos e habilidades podem ser adquiridos por meio da educação, destacando que não necessariamente da educação escolar, mas também de preparação técnica.

Voltamos a destacar, o quanto esse conceito se põe como estritamente funcional ao capital e de como ele foi importante para a já mencionada garantia de superlucros dos "anos de ouro" do capital. Para Arapiraca (1979) o conceito de capital é dinâmico e heterogêneo, pode ser definido como um investimento que produz renda futura, então o fato de o conjunto de saberes e habilidades adquiridas pelos indivíduos representariam uma maior capacidade produtiva dos mesmos, valorizando assim a sua mão de obra. Schultz apud Arapiraca (1979) vai afirmar que esses saberes e essas habilidades se configuraram como capital humano porque os indivíduos tem a posse e se utilizam para valorizar a sua mão de obra, portanto, investimento para um futuro ganho.

Como se percebe a teoria do capital humano expande o conceito de capital e potencializa a individualidade dos indivíduos, descarta de certa forma as condições materiais de cada ser e o próprio caráter de luta de classes. Trocando em miúdos, aquele indivíduo que nasceu em uma classe menos privilegiada, por mais que ele se qualifique e alcance certo patamar altamente qualitativo, as oportunidades nunca se configuraram da mesma forma como para aqueles que nasceram em uma classe privilegiada.

A principal crítica que esta teoria enfrenta é justamente naquilo que lhe constitui essencialmente. Arapiraca (1979) e Rossi (1977) colocam que o capital humano, não é capital para quem o possui (na perspectiva de quem possui as competências, habilidades, saberes) e sim para aqueles que possuem os meios de produção, portanto poder necessário para comprar a força de trabalho qualificada daquele trabalhador. Dessa forma, podemos afirmar que o capital só pertence ao capitalista, porque do que adiantam possuir um conjunto de habilidades e saberes os quais não pode se trocar por dinheiro? É justamente a inversão desse mecanismo que é brandamente difundida da forma mais irresponsável possível.

A referida perspectiva atomiza sujeitos e sociedade e responsabilizam os indivíduos pelo sucesso ou fracasso, tendo em vista todos serem portadores da condição que podem leva-los ao êxito, ou seja, possuírem a racionalidade e a instrumentalização da educação. Na explicação de Frigotto,

"...se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é de responsabilidade dos indivíduos. Ou seja, se existem aqueles que têm capital é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir" (FRIGOTTO, 1984, p. 61).

Visualizado como algo neutro, objetivo, sem conotação política, filosófica ou valorativa a educação é destituída das contradições de classe e apontada como solução para as desigualdades sociais, para o alívio da pobreza, da melhoria da qualidade de vida, do crescimento econômico e do desenvolvimento de capacidades individuais (SOUZA e LARA, 2012, p.14).

Cabe reafirmar que a Teoria do Capital Humano floresceu numa conjuntura marcada pelo fim da segunda guerra mundial e crescimento econômico da era de ouro do capitalismo e do Estado de Bem Estar Social, movido pela revolução tecnológica e industrialização que carecia de mão de obra qualificada para reconstrução do mundo destruído e movimentação da máquina capitalista sendo a educação apresentada como formação e qualificação do homem para esta nova sociedade (SOARES SILVA e SILVA, 2012).

Nessas circunstâncias a educação se torna um instrumento para desenvolvimento do capitalismo, passando a escola a ser subordinada a política econômica e formação para o trabalho no capitalismo, ou seja, no processo de formação para concorrer no mercado e adaptação ao sistema vigente.

No Brasil a Teoria do Capital Humano foi disseminada ideologicamente em meados dos anos 1960 e foi responsável pelo caráter tecnicista na educação além de influenciar a Lei 5.540/68 no que se refere à reforma do ensino superior e

Lei 5692/71 no tocante ao ensino primário e médio que passaram a serem denominados 1º e 2º graus, indicando neste de forma compulsória a habilitação profissional e o caráter de terminalidade.

Com o lema aprender a fazer e fazer para aprender, o tecnicismo instaurado na educação brasileira privilegiou os conteúdos - contidos manuais, livros didáticos e dispositivos áudio visuais e, as técnicas de transmissão e recepção dos conteúdos em detrimento dos professores e foi bem aceito pelo país que vivia a vigência de um sistema autoritário militar dos anos 60 e 70 e industrialização com linhas de montagem e em séries repetitivas típicas do fordismo, ficando obsoleto com a introdução da tecnologia e a nova forma de acumulação capitalista de base flexível com a exigência de um novo perfil de trabalhador para um setor de ponta cada vez mais enxuto.

Nos dias atuais a Teoria do Capital Humano é retomada e agora respaldada por termos como empregabilidade, competitividade, eficiência e produtividade. Diante disso, como a educação, nos moldes capitalistas, sempre é condicionada a economia tem se a necessidade de educar a classe operária para essas transformações se configurando como essencial para o aumento da produtividade individual e para o êxito econômico numa economia cada vez mais integrada e competitiva

O termo empregabilidade que é a capacidade de o trabalhador permanecer –se no mercado de trabalho tem sido vista como a solução para os problemas atuais do mundo dos trabalho. Neste sentido o trabalhador tende a se qualificar para assim resolver os seus problemas econômicos, pois qualificado ele terá um bom emprego, um bom salário e consequentemente subira socialmente, dai se explica a valorização que a educação profissional vem recebendo no Brasil a partir da democratização dos ensinos, com a expansão da oferta de qualificação profissional, mostrando-nos a visão do Estado apoiado claramente nos pressupostos da Teoria do Capital Humano, defendendo a ideia de que oferecendo este tipo de serviço está dando a oportunidade de todos competirem de forma igualitária no mercado de trabalho. Para Frigotto apud Ramon(1993, pg.46) “há uma violência ideológica nessa concepção, pois, a valorização da formação profissional e a oferta da escola de qualidade total levam os indivíduos que não lograrem obter trabalho a interpretarem seu insucesso como incompetência”. Pondo em miúdos esta lógica do sistema que é excluente, faz com que as vitimas se tornem o carrasco de si próprias, pois, na noção de empregabilidade esta subentendido a ideia de que o individuo é responsável pela própria formação e obtenção de trabalho, negando assim o emprego como algo de responsabilidade social.

Esquecendo e escamoteando a realidade e suas diversas relações, a Teoria do Capital Humano inserida na educação brasileira, deslocou o real sentido desta, e ao invés de se constituir em um instrumento de construção de relações solidárias, passou a estimular a competição numa formação para disputa de posições no mercado de trabalho, fortalecendo a lógica do capital e contribuindo para a sua manutenção.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a educação assume o papel de modeladora de indivíduos em qualquer tipo de sociedade, em especial a capitalista, onde a Teoria do Capital Humanos se apresente como estritamente funcional a tal ordem.

Diante dessa reflexão, conclui-se que a teoria do capital humano ainda hoje em tempo de capital fetiche, ainda se configura como um excelente aparato à serviço do capital, continua construindo a fantasia de que por via da qualificação todos nos tornaremos capitalistas e por isso todos ascenderemos socialmente, velando a contradição fundante desse sistema, ao passo que se adquire mais qualidade, mais se é explorado

Temos um modelo que é pautado no seguinte horizonte: que educação é mais adequada ao momento econômico atual? E diante disso é muito difícil que um outro tipo de organização da educação vigore neste sistema uma vez que é necessário para a sobrevivência do capitalismo ter –se o exercito industrial de reserva isto é, sempre possuir o excedente, uma grande massa de mentes técnicas, não pensantes apenas aptas para fazer o que o mercado de trabalho demandar. Enquanto a educação estiver fadada a adequar a formação humana à economia permaneceremos presos às ideologias do capital.

REFERÊNCIAS

ARAPIRACA, José Oliveira. **A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da Teoria do Capital humano.** Rio de Janeiro: FGV, 1979. (Dissertação de Mestrado)

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4^aed. São Paulo: Cortez, 1993.

LEMOS, Ana Heloísa. **Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano?**. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac/vol09/dwn/rac-v9-n4-mbb.pdf>>. Acesso em: 07/06/2015.

OLIVEIRA, Ramon de. **A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira**. Disponível em: <<http://www.senac.br/BTS/271/boltec271c.htm>>. Acesso em: 08/06/2015.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e Educação**. Campinas-SP: Unicamp, 1977 (Dissertação de Mestrado)

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**. Investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SOUZA, Thais Godoi de; LARA, A. M. B. . **Os Fundamentos Teórico-Metodológicos das Escolas Neoliberais do Século XX: implicações nas Políticas Educacionais**. In: IX ANPED SUL Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012, Caxias do Sul-RS. Anais do IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da região Sul: A pós-graduação e suas interlocuções com a Educação Básica. Caxias do Sul, 2012. p. 1-15.

SOARES SILVA, Jefferson ; SILVA, A. J. . **A Teoria do Capital Humano e sua influência Econômica e Política sobre a Educação e o Trabalho no Brasil nas décadas de 1960 e de 1970**. In: VIII Seminário do Trabalho: Trabalho e Políticas Sociais no Século XXI, 2012, Marília/SP. GT1 Trabalho e Políticas Educacionais, 2012.

Érika Martins Araújo- Autora

Anderson Nayan Soares- Coautor

Jerciano Pinheiro Feijó- Coautor

Estudante de Graduação do Curso de Bacharelado em Serviço Social do IFCE, membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Profissional do IFCE (NUPEP), Bolsista do PIBIC/IFCE. e-mail:erika.m.araujo@bol.com.

Estudante de Graduação do Curso de Bacharelado em Serviço Social, membro do Grupo de Estudo Em Educação Profissional do IFCE, Bolsista Voluntário do PIBIC/IFCE. e-mail:anderson.nayan@hotmail.com.

Professor do Instituto Federal de Educação – IFCE Campus Caucaia, Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Mestrando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Coordenador da Pesquisa O Lugar da Educação Profissional nos Institutos Federais e Pesquisador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Educação Profissional do IFCE (NUPEP). e-mail: jercianof@gmail.com.

Recebido em: 23/07/2015

Aprovado em: 23/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: